



A influência do discurso jornalístico sobre a sensação de insegurança na sociedade¹

Marise Baesso TRISTÃO²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre como a questão da violência urbana e da criminalidade são tratadas hoje pela imprensa e sobre como este tratamento acaba sendo decisivo em relação à sensação de insegurança na sociedade. Medo que acaba acentuando o preconceito notadamente em relação às classes menos favorecidas. Outra intenção é destacar a importância do discurso jornalístico, que reafirma o saber científico, prevalente na modernidade, e também a lógica penal e policial quando o assunto é a criminalidade.

Palavras-chave

Meios de comunicação de massa; Jornalismo; discurso jornalístico; violência, criminalidade; sensação de insegurança

Introdução

A percepção sobre a violência urbana é algo preocupante nas sociedades de hoje. Em certos casos, a sensação de que ela é um mal irreversível e o medo de que ocorra chegam a ser ainda mais ameaçadores do que a própria violência, já que as pessoas começam a agir e até a mudar a rotina, de acordo com a ideia de insegurança no dia-a-dia. Daí a importância da informação e da repercussão dos acontecimentos nesta área. Daí também a preocupação, cada vez maior, dos governos e das organizações policiais com a imagem transmitida pela imprensa à população a respeito de seus atos, de seus “fracassos” e de seus “sucessos”. É certo que não é apenas a mídia a responsável pelos sentimentos despertados em relação à sensação de insegurança no mundo da modernidade, mas ela é fator relevante, segundo estudiosos do tema.

O poder midiático foi citado pelo cientista francês Jean-Claude Chesnais (1996), especialista em violência urbana, para lembrar questões que originaram a situação desta violência no Brasil. Além da mídia, ele ressaltou os fatores socioeconômicos (pobreza, desigualdade), institucionais (insuficiência do Estado, crise do modelo familiar, recuo

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Marise Baesso Tristão formou-se em Comunicação Social em dezembro de 1993 pela UFJF, possui especialização em Comunicação: Estratégias diante de novas tecnologias pela UFRJ, e é aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. e-mail: marisebaesso@hotmail.com



do poder da Igreja), demográficos e referentes à globalização, com a contestação da noção de fronteiras e o crime organizado.

Assim como a violência, a criminalidade e a questão da segurança pública passaram a ganhar mais destaque na imprensa e na vida social, as ações policiais receberam mais notoriedade. Em atitudes louváveis ou recrimináveis, diariamente os veículos de comunicação fazem referência à polícia. Além de ser uma importante fonte de informação, as corporações policiais têm papel fundamental na divulgação de fatos que envolvam o crime ou a segurança pública. Desta forma, torna-se válido buscar compreender a relação entre polícia e imprensa, já que a imagem da força policial está diretamente relacionada com o que a imprensa divulga sobre as corporações, o que colabora com a maneira sobre como o crime e as questões de segurança são percebidos pela sociedade.

Para abordar este tema específico tratado pelos veículos de comunicação, a intenção é, primeiramente, lembrar questões referentes ao discurso jornalístico, imprescindível para descobrir de que forma os jornalistas têm se comunicado com o público e que saberes e conhecimentos têm sido predominantes nos veículos em relação à violência. Ora, o jornalismo informativo se diz objetivo, imparcial e isento. Estes são princípios defendidos por todos os manuais de redação dos veículos. Afinal, faz parte do jogo discursivo mostrar que, aquilo que é feito, é um retrato fiel da realidade e que agir nos princípios da imparcialidade é ser ético, como se isso fosse totalmente possível. Conceitos abordados por autores como Bourdieu e Michel Foucault merecem ser analisados neste trabalho. Bourdieu lembra a questão da credibilidade, que é o “capital” do jornalismo, aquilo que lhe confere valor. Enquanto Foucault ressalta que, na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo senão que é o retrato da realidade. Narrar a “realidade” e ainda dando a ideia do tempo presente, com reflexão sobre passado e futuro, é o desafio da imprensa. Neste sentido, o texto é o lugar onde a mediação se processa. O ato de narrar é o desafio social do jornalismo, afinal, são muitas as formas para este ato, e uma delas terá que ser a escolhida.

Dito isso, será importante compreender como o campo do jornalismo e o campo do discurso policial se relacionam, complementam-se ou se chocam, partindo do princípio de que, na modernidade, há uma grande ancoragem social na imprensa. A mídia interfere no modo como a sociedade vê as ações policiais? Bourdieu lembra que o jornalista orienta, às vezes, muito fortemente, a opinião pública e até o trabalho dos



juízes. É preciso analisar o discurso jornalístico, já que é, a partir dele, que se torna possível pensar o jornalismo como campo de conhecimento e prática. Já no que diz respeito à violência, é importante ressaltar que, quando falamos neste tema, em geral, estamos nos referindo à criminalidade urbana, aos confrontos e agressões físicas. Esta que a imprensa não se cansa de mostrar, como se fosse o “espetáculo da violência”, numa sociedade espetacular. No entanto, existe a violência simbólica, com a qual a imprensa pode estar colaborando, uma das questões centrais na obra de Bourdieu, e que é, muitas vezes, de difícil percepção.

O discurso jornalístico

Para Bourdieu, “o campo jornalístico constitui-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam notícias sensacionais e jornais que propunham análises e comentários” (BORDIEU, 1997, p. 105). Afora esta questão de um veículo apresentar maior análise aqui ou acolá, no século XX, o enquadramento jornalístico hegemônico, independente se o meio de comunicação é destinado às classes mais populares ou não, torna-se muito semelhante. Em geral, ele trabalha de forma a reforçar os valores existentes no projeto da modernidade, no qual existe a supremacia do científico sobre os demais discursos que valorizam as questões sociais e humanas. Fernando Resende lembra que, para o estabelecimento de tal projeto, valores definidos como regras tornaram-se determinantes no que tange à reflexão e à prática de diversos campos do saber para se alcançar metas preestabelecidas (como o progresso e o desenvolvimento social). “No que se refere à comunicação e ao jornalismo, por se tratarem de campos de investigação relativamente jovens, esse efeito foi ainda mais significativo.” (RESENDE, 2003, p. 1)

Desta forma, para alcançar credibilidade, as notícias precisam trazer o embasamento nas questões exatas, como números que comprovem as falas dos personagens ou aquilo que o jornalista quer provar com sua reportagem. Não basta falar de um homicídio, por exemplo, é preciso trazer números que justifiquem que este é um problema crescente.

As narrativas tradicionalmente apresentadas pelo jornalismo têm herança de certos pressupostos positivistas — principalmente porque têm como princípio basear-se em fatos comprovados e verificados (daí, talvez, a predominância dos números) — e por primarem pela necessidade de dar respostas objetivas aos conflitos do cotidiano. Nessa perspectiva, tratam-se de narrativas enclausuradas porque partem do



princípio de que sua construção depende exclusivamente de normas/regras previamente estabelecidas que, uma vez aplicadas ao texto jornalístico, são capazes de explicar os acontecimentos do mundo. Um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de ser este o lugar do discurso pautado pela verdade. Esse princípio constrói a narrativa jornalística. (RESENDE, 2003, p.2)

Além dos números, o jornalismo vai buscar reforço no discurso perito para se legitimar, ou seja, de pessoas especializadas em determinados assuntos, que vão “convencer” e esclarecer o público com sua bagagem e conhecimento sobre o que está sendo dito. A voz do especialista, seja o sociólogo, o antropólogo ou o médico, ganha enredo no discurso jornalístico, porque ela tem embasamento científico, e este é o saber legitimado socialmente.

No entanto, o jornalismo não pode ser classificado como aquele campo que busca sua essência apenas no saber científico (epistêmico), já que existem saberes estéticos e religiosos que também o atravessam e não é só a ciência que produz os efeitos da realidade. Em muitos momentos, o jornalismo trabalha no limiar dos saberes estéticos e epistêmicos. Isso porque (...) “queremos que (nossas histórias) sejam únicas, singulares, coisas que ninguém nunca foi capaz de escrever. Ou seja, mesmo nos textos envolvidos com pretensão da ciência, contam-se histórias, e estas devem ser governadas pela lógica narrativa” (BARBOSA, 2009, p. 22).

Foucault lembra que a imprensa se autolegitima como detentora de um tipo de saber, o saber da realidade. A imprensa, como lugar de constituição da verdade, institui interpretações legítimas por suas próprias ações. Além disso, ela potencializa alguns sentidos e apaga outros. Ao propor uma arqueologia do saber, Foucault ressalta que a esta não interessa apenas à análise voltada para as epistemes. Se, de certa forma, a “era clássica”, do Renascimento ao século XIX, desenvolveu a epistemização de diversos saberes, obrigando com isso o pensador da história das ideias a reservar um lugar privilegiado às ciências, é mister lembrar que a compreensão do saber pode ser estendida ao ético, ao estético e ao político. Para Foucault, um saber é tanto “o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico – envolvendo um conjunto de condutas, de singularidades, de desvios, do que se pode falar no discurso”; quanto “o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seus discursos”. Neste sentido, afirma, por exemplo, que “o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação,



decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico, ou para ser reconhecido como um sujeito do discurso médico”.

Mas também afirma que há saberes além das ciências. Independente da questão dos saberes predominantes, quando se fala em discurso jornalístico, é próprio da sua lógica estar sempre buscando autolegitimação. Quando entra em conflito, por exemplo, com o discurso jurídico, ele busca outro para se reafirmar. Assim, há um misto de interdependência ou conflito de saberes na imprensa. Para Foucault, saber constituído é poder constituído. E o jornalismo, ao interferir nos saberes, acaba os afrontando. Por exemplo, o jornalismo interfere na temporalidade do saber jurídico, ao cobrar e exigir respostas rápidas para determinados crimes, em detrimento de outros. Isso pode levar a uma aceleração de um julgamento, por exemplo. Bourdieu reforça: “Tem-se a impressão de que a pressão dos jornalistas, exprimam eles visões ou valores próprios, ou pretendam, com toda boa-fé, fazer-se porta-vozes da ‘emoção popular’ ou da ‘opinião pública’, orienta, por vezes fortemente, o trabalho dos juízes.” (BOURDIEU, 1997, p. 82)

Falando-se em aceleração do tempo natural das coisas, é essencial ressaltar, ainda, que o discurso do jornalismo também é aquele no qual o tempo do cotidiano é o escolhido para a construção da notícia. Jornais, radiojornais e telejornais mediam passado e futuro, convertendo os tempos no presente. Diante de um tempo dinâmico e efêmero, há uma valorização do presente, extremamente catalisado pelas novas mídias. Talvez por esta razão, “o século XIX é conhecido como o século da história. E o século XX como o do fim da história. Mas a história não acabou. O que mudou foi a ideia de tempo.” (MARRACH, 2001, p. 278).

A lógica da narrativa

Para reforçar ou refutar discursos, a mídia usa, muitas vezes, o poder da literatura, atraindo, desta forma, o interesse público. Por isso, é comum o desenvolvimento de matérias a partir de personagens e suas emoções, porque o público precisa de algo palpável. Em geral, a imprensa não discute o processo, só os personagens. A mídia “literaliza” o discurso. Mais do que isso, a mídia é capaz de reelaborar o saber na sua narrativa, transformando até mesmo o especialista em personagem. Nas histórias, é sempre preciso ter um “anjo” e um “demônio”, o que é próprio do discurso romanceado. A importância da linguagem se deve ao fato de que, no jornalismo, ela não é só um campo



de ação, mas a sua dimensão constitutiva. É através dela que o sujeito constrói um real mediado.

Diante deste quadro, o modo de recorte do jornalismo, que vai beber em todas as teorias modernas, é sempre muito parecido, baseado na emoção, mas também na lógica e na razão. Isso justifica a sensação que os leitores frequentemente têm de “ler a mesma coisa” em mais de um veículo ou “ver a mesma reportagem” em dois canais de TV. E isso é cada vez mais comum.

Embora os locutores sejam distintos nesses casos – jornalistas que trabalham em empresas diferentes fazem reportagens e textos diferentes –, a *perspectiva* sob a qual eles falam pode ser a mesma. Ambos seguem as mesmas normas, aceitas ao longo da história do jornalismo como “corretas”, ou “adequadas”, ou “inquestionáveis”. Ambos podem ter buscado as mesmas fontes, ambos podem ter começado o discurso pelo mesmo raciocínio, ambos podem seguir linhas editoriais que sirvam ao mesmo interesse político ou econômico e enunciar sob a mesma perspectiva ideológica. Os locutores são diferentes, embora o enunciador seja um só. Mas este é só um exemplo. Podemos pensar em exemplos distintos que nos levem ao oposto: o mesmo jornalista pode se posicionar ora de um ponto de vista, ora de outro, e assim o mesmo locutor se movimenta entre dois ou mais enunciadores. Fica fácil imaginar esse movimento quando aceitamos como “natural” a mentira ou a omissão, em determinadas situações – ou quando a fonte, por exemplo um delegado que comanda uma certa investigação, nega ao jornalista uma informação que certamente já possui (na posição em que está, falando com um jornalista, este locutor fala de uma perspectiva em que sonegar esta informação é necessário). (MACHADO; JACKS, 2008, p. 8)

Um exemplo recente de enquadramento semelhante que mereceu comentários entre leitores e internautas do país foi o das capas das revistas *Época*, com data de 18 de janeiro de 2010, e *Veja*, com data de 20 de janeiro de 2010. Apesar de concorrentes, ambas trouxeram capas idênticas sobre o terremoto que destruiu o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010. Trata-se da foto na qual aparece apenas parte de um braço e uma mão de uma vítima sob os escombros. A estratégia, talvez, tenha sido a mesma. Buscar uma imagem que resumisse a catástrofe que dizimou o Haiti, saindo do lugar comum de mostrar corpos espalhados e uma cidade inteira destruída. A mesma imagem também foi escolhida por outros veículos de comunicação pelo mundo, como o *Le Journal de Montreal*, no Canadá, e o *The Times*, na Inglaterra. Em outras ocasiões, as revistas brasileiras já haviam repetido o feito. Um exemplo foi quando Fidel Castro deixou o governo de Cuba. *Veja* e *Época* apostaram na mesma foto da silhueta de Fidel à contraluz.



Outro ponto a ser destacado no discurso jornalístico é o que diz respeito à objetividade. Apesar de todos os “cuidados” com o texto, para a tentativa de parecer objetivo, retirando adjetivos, usando o equilíbrio para ouvir opiniões distintas sobre o mesmo tema e tentando parecer neutro, o jornalismo acaba resvalando em um ponto ou outro para formações discursivas que denotam formações ideológicas. Mais que isso, Bourdieu lembra que, para tentar compreender o que um jornalista pode fazer, é preciso ressaltar que, de um lado, há a posição do órgão de imprensa no qual ele se encontra no campo jornalístico e que, de outro, há também a sua própria posição no espaço de seu jornal ou de sua emissora. Há dominantes e dominados numa relação constante, permanente, de desigualdade. “É com este movimento, de pesquisa de profundidade e sempre organizada em torno de elementos que o próprio texto revela que a Análise do Discurso pode mostrar o que no jornalismo habitualmente permanece oculto: quem fala e a partir de que posição ideológica.” (MACHADO; JACKS, 2008, p. 8)

Embora haja discursos dominantes no jornalismo, principalmente os que se baseiam nos chamados dados incontestáveis, calcados em informações exatas, como os números e porcentagens, há outros discursos que atravessam as reportagens e que demonstram que o jornalismo, muitas vezes, não é tão objetivo como se propaga. No interior destes, também se movem sujeitos com seus pensamentos, ideias e interesses a serem defendidos. Além das fontes, o jornalista usa expressões que lhe são próprias em seu texto.

Por que alguns se angustiam tanto com a expressão “subjetividade”? Talvez porque, ao defenderem a precisão, a exatidão, a clareza (que abomina a ambiguidade) e o equilíbrio como critérios pragmáticos para evitar o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação, tenham aglutinado esses eixos norteadores da ação sob a égide de uma idealizada “objetividade” (cuja coexistência com a subjetividade é vista como impossível). Fazer objetividade e subjetividade conviverem em um mesmo espaço exige um pensamento de maior complexidade, não excludente, que aceite o movimento das contradições. A Análise do Discurso, de certo modo, joga luz sobre esse falso dilema e resolve teoricamente a questão da subjetividade. (MACHADO; JACKS, 2008, p. 2)

O jornalismo além do retrato do real

Como são “informadas” as histórias do cotidiano? Ou seria melhor, como são “narradas” as histórias do cotidiano? Ao se falar em informação, estamos falando



principalmente daquela que é veiculada pelos jornalistas através dos meios de comunicação de massa. Via de regra, não se pensa em textos interpretativos, recheados de visões opinativas, quando se fala em informação na imprensa, e sim que as coisas ditas são um retrato da realidade. Apesar de não haver dúvidas de que o jornalismo não é um “espelho” do real, o papel do veículo de comunicação é fazer com que o leitor ou espectador creia nesta ilusão de que o jornalismo retrata a realidade, o que é vital para ele. Mais que isso, com a aura de que reflete o que de fato ocorreu, o jornalismo acaba tendo o poder de ser o dono da verdade. Quantas vezes, não vemos as pessoas reproduzirem, em conversas futuras, o texto que leram no jornal ou ouviram na televisão sem nenhuma crítica? Claro que há ouvintes e leitores críticos e ativos, mas, em geral, é por meio das reportagens e de seus “efeitos de realidade” que o público espera ver o mundo. E aquilo que não é dito, acaba sendo ignorado.

Sabemos que o jornalismo é uma narração do real mediada por sujeitos (no exercício de suas subjetividades) e que as escolhas se dão da pauta à edição, passando pela apuração, pela seleção das fontes e pela hierarquização das informações. Tendo consciência desse processo ou não, o leitor ainda assim busca no jornalismo uma porta para o real. (MACHADO; JACKS, 2008, p. 6)

Os veículos de comunicação vendem o lema de que têm um compromisso com a verdade. Mas qual é a definição de verdade? Ressaltando a corrente coerentista, a verdade, uma das grandes preocupações dos tempos modernos, é coerente com o mundo e o momento onde ela é prevista. Mais ainda, é preciso levar em consideração as circunstâncias da enunciação, ou seja, o momento em que ela foi feita, em que contexto sócio-histórico. Além disso, há questões que são verdade para uns, mas não são para outros, como a existência de Deus, para quem acredita nele, e a não existência, para o ateu. É ainda o momento da história que define verdade, saber e conhecimento.

Mesmo a procura da verdade sendo uma marca do século XX, há acontecimentos midiáticos que, muitas vezes, sobrepõem-se ao acontecimento real. Desta forma, perde-se o controle sobre a realidade, e o medo de determinada situação, que é “midiática”, torna-se real. Um exemplo recente, ocorrido no dia 17 de outubro de 2009, foi a derrubada de um helicóptero da polícia no Morro dos Macacos, no Rio de Janeiro, durante um confronto com traficantes. Três policiais que estavam no helicóptero morreram e outros dois ficaram feridos. O fato aconteceu, mas, como a queda é um prato cheio para mídia, ou seja, é um acontecimento sensacional, a notícia se estendeu por vários dias, ganhou ares complexos e, para a mídia, envolveu toda a



população da Zona Norte do Rio, quando, na verdade, o acontecimento real era algo muito mais restrito.

Outro fator importante: a queda se deu no Rio de Janeiro, uma das principais cidades do país, onde a temática que envolve o tráfico e a polícia é uma das preferidas pela mídia. O assunto, como não podia deixar de ser, ganhou cunho internacional, com discussões sobre a segurança na cidade que vai sediar os Jogos Olímpicos de 2016. A maioria das mortes e dos crimes ocorridos nos dez dias subsequentes no Rio foram noticiados e relacionados com o caso. O assunto, debatido exaustivamente na mídia, também ganhou contornos de política nacional. O ministro da Justiça, Tarso Genro, ofereceu tropas federais para ajudar na segurança, o que foi recusado pelo governador do Rio, Sérgio Cabral. No entanto, ele aceitou um repasse de R\$ 100 milhões da Secretaria Nacional de Segurança Pública para reforçar os quadros de segurança. Além disso, a sensação de insegurança e o medo com relação ao Rio de Janeiro ganharam novamente os debates em vários ambientes pelo país afora. Ao falar da situação geral do Rio de Janeiro,

Fausto Neto acredita que a imagem da cidade transmitida pelos veículos de comunicação interfere intensamente nesse processo, culminando num “trabalho de *acusação*, de *juízo*, de *antecipação*, de *sentenciamento* dos fatos” pela mídia. Um *outro* Rio de Janeiro é construído diariamente tanto pelos jornais quanto por seus leitores. Desse modo, os meios de comunicação de massa acabam por *usurpar* o papel conferido, pelo menos em tese, à Justiça: “os *mídia* não só antecipam e julgam o cotidiano, mas têm também a capacidade de *alterar o real*, através de suas estratégias discursivas e de processos de semantização que constroem múltiplas opiniões sobre os homens e os fatos” (FAUSTO, Neto apud SOUZA, 2005)

Várias perguntas podem ser feitas neste caso específico. Uma delas é como narrar a cena? “À luz da lógica do texto, não se pensa no discurso adequado ao fato, mas no contrário, como aquele fato pode ser melhor narrado.” (RESENDE, 2003, p.8). E como não deslocar este fato da realidade, do cotidiano de uma comunidade que, com algumas ressalvas, manteve sua rotina, ao contrário do que queriam mostrar os enquadramentos midiáticos?

Ao se fazer um recorte de um acontecimento, Resende destaca que são identificadas duas lógicas, a funcionalista e a teórico-crítica.

Encobertas, respectivamente, pelos paradigmas positivista e marxista, ambas, cada uma a seu modo, reforçam a ideia de um uso instrumental dos meios de comunicação. São eles, nessa perspectiva, instrumentos, tal qual a palavra ‘meios’ sugere, que servem às propostas e aos objetivos das lógicas que os fundam. No caso



do jornalismo, esse aspecto é particularmente importante, pois a instrumentalização dos meios encontra aparente justificativa no fato de o jornalismo sofrer interferências, radicalmente impositivas, de ordem econômica e ideológica. Principalmente, quando o campo/objeto é localizado em uma sociedade capitalista industrial, a técnica parece adquirir um papel de natural proeminência. (RESENDE, 2003, p.2)

Portanto, o que se pretende ao narrar um fato é, primeiramente, saber se aquele fato tem força para ser contado da melhor forma possível e, é claro, o que precisa ser dito para torná-lo mais vendável e encaixado naquilo que já é considerado, no meio jornalístico, um cenário que merece destaque em um mundo tão midiático.

A questão da criminalidade nos jornais

É preciso ressaltar aqui que o mundo midiático se dá no espaço das cidades. É esse o lugar privilegiado pela cobertura jornalística. No início do século XIX, no Brasil, o espaço público urbano era ocupado por pessoas pobres em geral, como vendedores ambulantes e escravos libertos. Havia sujeira e mau cheiro pelas vias públicas derivados de lixo e esgoto. De fato, as ruas configuravam-se em um espaço desagradável e de pouca beleza. Nesse sentido, a administração pública local toma uma série de medidas com o objetivo de tornar a cidade um lugar adequado aos interesses econômicos de investidores internacionais que apostavam no potencial da cidade de grande capital. O projeto para a cidade previa seu embelezamento, mesmo às custas de violência e exclusão. A lógica estética fundamentada em interesses econômicos e políticos se sobrepôs insensível aos resultados obtidos, conforme relatado no *Jornal Correio da Manhã*, na edição de 2 de julho de 1907.

Os jornais tinham a visão dos dominantes e tratavam como classes perigosas, em geral, estes excluídos. Durante muito tempo, então, a opinião pública assistiu a violência em silêncio, principalmente quando ela dizia respeito aos grupos mais desfavorecidos, como pobres, moradores de periferias e favelas dos grandes centros ou negros. Somente no final do século XX, a imprensa começa a mudar seu comportamento, empurrada por diferentes setores da sociedade, que despertavam para a gravidade do quadro. A violência urbana também começava a crescer cada vez mais entre outros grupos sociais, além dos menos favorecidos. Os números de homicídios subiam, assim como os da violência contra o patrimônio.



Na década de 1990, foram fundados grupos, como o Viva Rio e o Afro Reggae, no Rio de Janeiro, e o Sou da Paz, em São Paulo, assim como outros voltados para responder à situação da violência nas cidades. Junto com estas iniciativas, houve uma resposta da imprensa, que passou a ter uma nova percepção do problema segurança pública, alterando a maneira de fazer as coberturas policiais.

Em muitos jornais, acaba a editoria de Polícia, que se junta às editorias Geral ou Cidade. As velhas práticas das reportagens de polícia dão lugar a coberturas mais “responsáveis” e com menos sensacionalismo, tratando os envolvidos nos crimes com um discurso mais sério e menos jocoso. O jornalista perde um pouco o tom de autoridade policial e de juiz, e as matérias já não são tão favoráveis às ações policiais a qualquer preço contra os “criminosos”. Os principais jornais do país fazem abordagens mais amplas, diversificam fontes, melhoram as coberturas. Há matérias contextualizadas sobre segurança pública e política de segurança com a presença, cada vez mais frequente, do discurso perito. Mas, em sua maioria, continuam presentes os casos simplesmente narrados de fatos como homicídios e outros crimes violentos. Enfim, apesar de todos os avanços, as reportagens sobre a violência urbana continuaram mais centradas em fatos isolados, entrevistas com autoridades e dramas pessoais do que no problema social. Pior que isso, prevalece a lógica penal nas coberturas, principalmente em relação aos jovens da periferia, considerados os principais delinquentes. Isso quer dizer que a imprensa continua refletindo e corroborando com o pensamento dominante, o pensamento neoliberal.

O neoliberalismo voltou a trazer a juventude para o centro das atenções criminológicas. O fim das ilusões do pleno emprego keynesiano, a descartabilidade da mão-de-obra e a supremacia da ideologia do mercado reconfiguraram a visão da juventude como problema. A destruição das políticas públicas, a falta de perspectiva de trabalho em contraste com a energia juvenil fizeram com que grandes contingentes de crianças e adolescentes passassem a ser “tratados” pela lógica penal. As estratégias de sobrevivência e também a cultura das periferias passam por um gigantesco processo de criminalização que pode ser observado pelo crescimento sem precedentes do encarceramento. No neoliberalismo, o Estado Penal vai dar conta da conflitividade social juvenil. No Brasil, a população envolvida em conflitos, presa ou assassinada vai-se constituir basicamente da população pobre e negra, com idade entre 14 e 24 anos. (BATISTA, 2009, p. 6)

A cobertura jornalística também não sofre mudanças no que se refere aos menos desfavorecidos. Dorneles (2007) chama atenção para o silenciamento da imprensa quando



os crimes acontecem na periferia de São Paulo, enquanto há enquadramento exacerbado diante de casos que envolvem a classe dominante, público presumido da grande mídia. Ele ressalta que, enquanto crimes envolvendo a classe média alta ganham repercussão na mídia e interferem na temporalidade do trabalho das polícias, outros passam em branco. Isso prova que, com todos os avanços, os assuntos criminalidade, violência e segurança pública continuaram sendo importantes, principalmente, para alavancar audiência, ou seja, como “boas notícias” para serem vendidas, aumentando as tiragens dos impressos e a audiência no rádio e na televisão. “Há, hoje, uma ‘mentalidade-índice-de-audiência’” nas salas de redação, nas editoras, etc. Por toda parte, pensa-se em termos de sucesso comercial.” (BOURDIEU, 1997, p. 37)

Ao explorar atos violentos, da maneira como continua fazendo, a imprensa acaba legitimando a existência de aparelhos repressivos do Estado ao mesmo tempo em que consegue manter o seu retorno mercadológico, reforçando ainda a desconfiança em relação à imagem do outro, que deve ser penalizado e afastado do convívio social. Toda vez que há um crime de grande repercussão, a cobrança da mídia, principalmente, através de editoriais e colunistas, é para que seja feita “justiça”, ou seja, que a lei penal seja colocada em prática. Lei esta que, muitas vezes, é até mesmo modificada no calor das discussões da imprensa. Como a lei nº 8.072/90, a Lei dos Crimes Hediondos, criada após uma onda de sequestros de empresários, como Abílio Diniz e Roberto Medina, no final dos anos 1980. Esta lei tentaria responder os anseios da elite brasileira temerosa diante deste tipo de crime. Quando não são os menos favorecidos as “vítimas” da violência urbana, percebe-se uma vontade de todos os órgãos envolvidos no processo, principalmente, as corporações policiais de darem uma satisfação à sociedade.

Além da violência urbana

Quando citamos que a imprensa continua realizando uma cobertura que serve a uma lógica, isso pode nos levar a outro caminho. Apesar de este artigo estar centrado na violência urbana, é importante lembrar outra questão tratada por Bourdieu, a violência simbólica. Para este pensador francês, a violência simbólica não era considerada como um instrumento puramente a serviço da classe dominante, mas como algo que se exerce também por meio do jogo entre os agentes sociais.



A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições, pelos agentes, pelas lideranças que se apóiam no exercício “legítimo” da autoridade, que lhe é conferida pela adesão dos dominados. A dominação implica na aceitação das regras, sobretudo pela incapacidade de conhecer as regras do direito, as regras morais, as práticas de linguagem e as estratégias de produção dos discursos, etc. Essa violência não é fruto da instrumentalização pura e simplesmente de uma classe sobre outra, mas exercida por meio de jogos de poder e de dominação engendrados pelos atores sociais, pois uma sociedade é um organismo fruto da produção e reprodução humana que produz o próprio indivíduo como produção social. Os discursos não são simplesmente para serem compreendidos, já que ultrapassam a finalidade do que comunica, mas, na qualidade de sistemas de signos de riqueza, destinados a serem avaliados, apreciados, e ao mesmo tempo signos e símbolos de autoridade, são antes destinados a serem acreditados, obedecidos e validados socialmente. (OLIVEIRA, 2009)

Como o ato violento se insinua, neste caso, como algo natural, percebê-lo é difícil. No caso da mídia, esta violência se dá quando as ideias são aceitas sem objeções ou análises.

Através dos veículos de comunicação e sua linguagem são empregados exercícios de violência simbólica para validação de conceitos, ideias, valores e pontos de vista de vital importância para a ordenação da realidade e a manutenção de seus sistemas simbólicos. O jornalismo, e em especial a televisão, tem poder de influenciar a relação dos outros campos, dependendo da ação das forças simbólicas ou coercitivas reinantes e detentoras da ordem do discurso e da produção de sentido. (OLIVEIRA, 2009)

É claro que a violência urbana não seria notícia se ela não existisse de fato. No entanto, ela passou a ser vista e sentida a partir do que é divulgado nos veículos de comunicação, deixando transparecer a ideia de que os fatos não noticiados pela imprensa não teriam ocorrido. E “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. (...) O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. (BOURDIEU, 1997, p. 25)

Por mais que existam pesquisas e levantamentos que mostrem que há números positivos em relação à criminalidade, o medo está sempre presente na sociedade, principalmente em relação às chamadas classes perigosas.

A sociedade contemporânea é mais segura se comparada com a história de violência do passado, porém a sensação de insegurança registra um apelo e demanda social por segurança de forma incessante, pois a insegurança vivenciada atualmente possui características muito mais dinâmicas, globalizadas e muitas vezes alicerçadas em aparatos tecnológicos, tornando as



peças vítimas do desconhecido, do novo, daquilo que não dispõe de meios para se proteger. (CRUZ, 2008, p.5).

A percepção do crime pela sociedade é influenciada pela forma como a mídia aborda o assunto. De acordo com Garland (1990, p. 20), “não é o crime ou mesmo a criminologia que mais afetam as decisões políticas, mas o modo como o ‘problema crime’ é oficialmente percebido e as escolhas políticas que emanam de tais percepções”. (CARVALHO 2009, p.22). Mais importante que o crime é a percepção que se tem dele.

Considerações finais

Não há jornalismo sem os fatos exteriores, como as relações de poder, os contextos sociais, as decisões políticas, as crenças religiosas e as concepções estéticas. Por isso mesmo, apesar do predomínio do saber científico no mundo moderno, vários saberes passeiam pelo discurso jornalístico e são determinantes. Nesta formação discursiva, valem as estratégias para revelar ou esconder o que convém a seus enunciadores, de acordo com o objetivo que se tem e com os interesses mercadológicos. Ou seja, a mídia, de uma forma direta ou indireta, está se posicionando, reproduzindo suas visões e interesses. Por meio das estratégias discursivas dos veículos de comunicação são criados seus efeitos de sentido.

Por mais que se saiba desta situação complexa, o jornalismo ainda se mantém como aquele que tem o poder de mostrar o real. A imagem passada por ele é aquela que ficará para a história, portanto é tão cheia de aura. Quando a mídia é a única referência, principalmente quando há apenas um veículo como maneira de a pessoa se informar, a situação de formação de visão crítica em relação aos fatos é preocupante.

Quando o assunto são as reportagens sobre a criminalidade violenta, a situação se torna ainda mais complexa, porque, apesar dos avanços na cobertura da área, ainda é preciso muita reflexão, porque parece haver um reforço do discurso dominante e uma preocupação com a punição daqueles que cometeram os delitos, em geral, pessoas das classes menos favorecidas. Compreender o discurso da mídia, então, é fundamental para que se entendam os fatos e o imaginário relacionados à violência e à criminalidade.

Referências bibliográficas



BARBOSA, Marialva Carlos. **Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. Volume 6, número 16, julho, 2009, p.11-27.

BATISTA, Vera Malaguti. **A governamentalização da juventude: policizando o social**. Revista epos.org/índex/.php. Edição de maio de 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia; a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Unesp, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.1-65.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. **Mídia e segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Lumina. UFJF. Volume 2, número 2, dezembro de 2008. ISSN 1981-4070.

DORNELES, Carlos. Bar Bodega. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MACHADO, Márcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Portal Almanaque da Comunicação 2008. Texto apresentado em encontro do GT Estudos de Jornalismo da COMPÓS, 2008.

MARRACH, Sonia Alem. “**Mídias e história: A explosão do presente e a mudança da perspectiva histórica**”. In: _____ (Org.). Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 278-285.

OLIVEIRA, Fernando. **A mídia, o campo, a ordem e o discurso: molduras do poder simbólico**. Artigo apresentado no V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação UFBA, Salvador – 27 a 29 de maio de 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. **Efeitos do verbal sobre o não-verbal**. Rua, revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. N. 1, mar. 1995.

SOUZA, Diana Paula de. **Jornalismo e Criminalidade: a produção midiática da violência e suas implicações nas leis penais brasileiras**. Artigo apresentado no



XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom – UERJ – 5 a 9
de setembro de 2005.

RESENDE, Fernando. O olhar às avessas. A lógica do texto jornalístico. São Paulo:
ECA/USP, 2003. (tese de doutorado).